ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Camilo Martins – Carolline Sardá - Jair Miotto - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Mário Motta - Mauro De Nadal – Oscar Gutz – Padre Pedro Baldissera - Paulinha – Sergio Motta.

PRESIDÊNCIA – Deputado Jair Miotto
Deputado Oscar Gutz

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

****

Breves Comunicações

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) – Iniciou seu pronunciamento afirmando: "Nenhuma autoridade deve ser condenada por uma suspeita, mas nenhuma autoridade está acima da lei", para se reportar aos últimos acontecimentos envolvendo as investigações do Banco Master, merecem nossa atenção.

Mencionou que, segundo a reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, a Polícia Federal teria concluído três relatórios que mencionam os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Kássio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), durante investigações que envolvem o empresário Daniel Vorcaro. De acordo com o jornal, a direção da Polícia Federal determinou a reformulação dos documentos por entender que algumas análises poderiam ultrapassar os limites legais de uma investigação descritiva, deixando de ser neutras e contendo opiniões por parte dos

investigadores. Salientou a importância de deixar claro que a menção do nome de qualquer autoridade em um relatório policial não significa que essa autoridade tenha cometido irregularidade.

Referiu-se à reportagem publicada pela *CNN Brasil* em 9 de novembro, quando dois delegados envolvidos nas investigações do Banco Master — Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes — foram retirados de suas funções de chefia na Polícia Federal e, em nota oficial, a corporação afirmou que as mudanças foram estritamente administrativas e não alteraram as equipes responsáveis pelas investigações. Informou também que o relatório solicitado pelo ministro Edson Fachin ainda está em elaboração, conforme entendimento firmado em reunião ocorrida no dia 13 de outubro.

Lembrou que a explicação oficial deve ser considerada, mas a relevância do caso exige transparência sobre os motivos dessas mudanças, respeitados, por óbvio, os limites legais. Mencionou que, em nota conjunta de 13 de outubro, o Supremo Tribunal Federal e a Polícia Federal informaram que o ministro Edson Fachin orientou a corporação a encaminhar a ele todas as informações que mencionem integrantes da Corte, sem exceção, explicando em que contexto foram encontradas. A nota também esclareceu que eventuais investigações contra esses ministros dependem de autorização do plenário do STF — uma exigência constitucional. Ou seja, todas as informações relevantes devem ser apresentadas, mas qualquer investigação precisa respeitar estritamente os limites legais.

Fez menção à Lei Federal nº 12.830, de 2013, que estabelece a redistribuição de um inquérito policial em andamento exige decisão fundamentada de um superior hierárquico nas hipóteses previstas em lei. Essa exigência, porém, não se aplica automaticamente à substituição de delegados em função de chefia.

Comentou que os números envolvidos neste caso também ajudam a compreender a grandiosidade e a dimensão do fato. Em janeiro deste ano, o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que dá sustentação

ao sistema financeiro, informou que o pagamento das garantias a aproximadamente 800 mil credores de instituições ligadas ao Banco Master chegaria a 40,6 bilhões de reais. Por trás desses números estão milhares de pessoas que confiaram suas economias a essas instituições. É também a confiança da população nesse sistema que precisa ser preservada. Por isso, é importante que os esclarecimentos avancem sem comprometer o sigilo das investigações ou o direito das pessoas envolvidas.

Salientou que não se trata de acusar ministros, delegados ou dirigentes públicos, nem de transformar notícias em julgamentos antecipados. Trata-se de defender a independência e a responsabilidade das nossas instituições. Investigar com independência e respeitar a lei não são caminhos opostos; são condições indispensáveis para que a justiça seja feita. E, como diz o ditado, se um dia a justiça brigar com o direito, fique com a justiça.

Dito isso, o Deputado espera que todos os fatos sejam esclarecidos, os direitos individuais respeitados e as eventuais responsabilidades apuradas de acordo com a lei, pois a credibilidade das instituições depende de uma regra simples: a lei deve valer para todos, sem privilégios, sem perseguições e sem exceções. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADA CAROLLINE SARDÁ (Oradora) – Manifestou-se acerca das atividades desenvolvidas durante os 120 dias de seu mandato parlamentar. Destacou o compromisso assumido com a defesa da vida e dos direitos das mulheres e meninas catarinenses.

Mencionou a realização de fiscalizações em 43 delegacias de proteção de Santa Catarina, nas quais foram identificados problemas como insuficiência de efetivo, precariedade das instalações, falta de equipamentos e viaturas, acúmulo de funções, deficiência na rede de proteção e situações de revitimização. Ressaltou que as visitas possibilitaram a elaboração de um diagnóstico sobre as condições de trabalho dos

servidores e o atendimento prestado às vítimas de violência, cujos resultados serão apresentados no evento "Nenhuma Catarina a Menos", com o objetivo de promover discussões e encaminhamentos concretos.

Defendeu a atuação conjunta dos Poderes Legislativo e Executivo para fortalecer as delegacias, ampliar os investimentos e garantir atendimento digno às mulheres. Salientou que o enfrentamento à violência de gênero deve ultrapassar divergências partidárias.

Agradeceu ao Deputado Marquito, aos parlamentares, assessores, servidores, movimentos sociais, instituições, familiares e eleitores que contribuíram com sua atuação.

Destacou que, mesmo com o encerramento do mandato, continuará acompanhando os encaminhamentos e cobrando medidas efetivas de proteção às mulheres.

Reafirmou seu compromisso com a defesa da vida e o combate à violência contra a mulher e manifestou que: "Nenhuma Catarina a Menos, nem hoje, nem amanhã, nem nunca". *[Taquigrafia: Jênifer]*

****

Partidos Políticos

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) – Não havendo oradores inscritos, passa à Ordem do Dia.

****

Ordem do Dia

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0577/2026.

Comunica ainda, que a Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável aos Ofícios números: 0019/2020 e 0061/2020.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do

Regimento Interno, as Indicações números: 0707/2026 e 0709/2026, de autoria do Deputado Pepê Collaço; e 0708/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos números: 3541 a 3561.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Neste momento, o Presidente solicita que o Deputado Oscar Gutz assume os trabalhos da sessão para que possa fazer uso da palavra.

****

Explicação Pessoal

DEPUTADO OSCAR GUTZ (Presidente) – No horário destinado à Explicação Pessoal, concede a palavra ao Deputado Jair Miotto por até dez minutos.

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Orador) – Registrou a aprovação unânime, pela Comissão de Finanças no dia anterior, de dois projetos de sua autoria.

Mencionou que o primeiro dispõe sobre exercícios simulados de evacuação emergencial nas unidades de saúde e os inclui no Plano de Gestão de Cidadania e Paz nas Escolas (Lei nº 19.282/2025), motivado pelas recentes intempéries climáticas (ciclones e tornados) nas regiões Oeste e Serrana. Defendeu o treinamento escolar pelo Corpo de Bombeiros e a criação de um plano de contingenciamento junto ao Governo do Estado, citando o exemplo de professoras em Chapecó que evitaram uma tragédia, e agradeceu às Comissões de Finanças, de Constituição e Justiça pela aprovação.

Destacou o segundo projeto aprovado, que institui a campanha estadual de conscientização sobre os riscos do uso de cigarros eletrônicos "vapes", nas escolas públicas. Apontou o aumento do consumo e da dependência entre adolescentes, especialmente meninas, alertando para os malefícios cardiovasculares e respiratórios.

Criticou a decisão do Governo Federal de decretar sigilo de 100 anos sobre as visitas a Vorcaro, do Banco Master, no cárcere. Avaliou que

a medida fere a transparência pública e amplia dúvidas sobre o envolvimento de políticos e ministros do STF, lamentou a perda de imparcialidade da Justiça e a cultura de protelação que prejudica a credibilidade do país.*[Taquigrafia: Ana Charlene]*

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Presidente) – Agradeceu ao Deputado Oscar Gutz e reassumiu os trabalhos da presente sessão.

Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, solene, para o dia 13 de novembro, às 19 horas, em homenagem aos 70 anos de fundação do Hospital Salvatoriano Divino Salvador.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]